



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 28/2026

AUTORIA: Poder Legislativo

EMENTA: *“Reconhece e valoriza a atuação de Resgatistas de Animais no Município de Rolim de Moura e dá outras providências.”*

I. RELATÓRIO.

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica, desta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei, **de iniciativa do Poder Legislativo**, para análise e parecer jurídico quanto aos aspectos formais da proposição legislativa.

Quanto ao seu teor, **cuida-se de Projeto de Lei que tem por finalidade reconhecer a função de resgatistas de animais domésticos no âmbito do município de Rolim de Moura/RO.**

II – DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A técnica legislativa do presente projeto de Lei será analisada à luz da Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis em território nacional.

Ao examinar a redação do Projeto de Lei, verifica-se a necessidade de **retificação de parte de seu texto**, a fim de adequá-lo à técnica legislativa disciplinada pela Lei Complementar nº 95/1998. Nesse sentido, sugere-se a substituição da atual redação do preâmbulo do projeto de lei, que diz “A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA – RO; DECRETA”, tendo em vista que a adequada técnica legislativa, por força do art. 6º da referida lei complementar, **estabelece que o preâmbulo da norma deve indicar a autoridade competente para a prática do ato**, conforme se vê:

“Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.”

No caso das leis municipais, tal autoridade é o **Prefeito**, a quem compete sancionar e promulgar as normas dessa natureza a teor do que manda a Lei Orgânica municipal em seu art. 65, inciso III



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA JURÍDICA

“Art. 65 – Compete ao **Prefeito**, entre outras atribuições:

(...)

III – Sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis aprovadas pela Câmara Municipal e expedir os regulamentos para a sua fiel execução;”

Nesse sentido, recomenda-se o aperfeiçoamento do texto com a adoção da seguinte redação para o preâmbulo:

“O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, I, da Constituição do Município.

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI:

Feita a correção, o projeto de lei passa atender aos comandos disciplinados pela Lei Complementar nº 95/98, adequando-se à técnica legislativa que disciplina a criação de normas em território nacional.

III. ASPECTOS NORMATIVOS.

II.1 DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O Projeto de Lei Ordinária nº 28/2026 busca reconhecer a função de resgatistas de animais no âmbito de Rolim de Moura com a finalidade de valorizar e legitimar sua atuação.

Considerando o conteúdo da proposição, a análise preliminar a ser feita busca verificar se o tema tratado se insere no âmbito da competência legislativa do Município e, na sequência, cabe examinar se o projeto de lei observa os requisitos legais quanto à iniciativa para normas com comandos dessa natureza.

Conforme dispõe o §1º, inciso VII do art. 225 a proteção aos animais, inclusive contra tratamentos cruéis, é um dos instrumentos pelos quais se realiza a proteção ao direito fundamental a um meio ambiente, isso porque, os animais, sejam domésticos ou silvestres integram um conjunto de elementos que merecem proteção por parte do estado e da sociedade. Desta maneira, surge para todos os entes da federação, por intermédio de seus órgãos



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA JURÍDICA

competentes, a incumbência, de adotar uma postura voltada a sua proteção, que pode se realizar por meio de ações governamentais. Veja o que diz o dispositivo:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”

A Constituição Federal ainda prevê a competência municipal específica para legislar em assuntos de interesse local, sobre temáticas que dizem respeito que afetam diretamente a realidade local, bem como a de suplementar a legislação federal e estadual no que couber, conforme redação do dispositivo a seguir:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”

Assim, interpretando sistematicamente os dispositivos constitucionais, é de se concluir que há competência municipal para legislar no sentido de reconhecer a função dos resgatistas de animais seja adotando medidas administrativas ou legais voltadas à legitimação daqueles que resgatam animais.

Portanto, quanto ao estrito aspecto da competência legislativa em relação à **matéria**, não se vislumbra vícios de constitucionalidade que viole a repartição de competências estabelecida pela Constituição da República entre seus entes federativos.

No entanto, a mesma situação não ocorre quanto à competência de iniciativa do projeto de lei.

Apesar do mérito que há na presente propositura, vislumbra-se indevida ingerência do poder legislativo em seara típica do executivo, por se tratar de matéria submetida à reserva de administração, uma vez que o projeto de lei tem o condão de alterar atribuições de secretarias e órgãos do Executivo.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA JURÍDICA

Nesse contexto, os artigos em relação aos quais se vislumbram vício de iniciativa são os seguintes: **art. 3º, 8º, 9º**.

Quanto a isso, a Lei Orgânica Municipal – LOM de Rolim de Moura estabelece o seguinte:

- Art. 43 – São iniciativas exclusivas do **Prefeito Municipal**, as Leis que disponham sobre:
- I – Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
 - II – Servidores Públicos, seu regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
 - III – Criação e estruturação e atribuição das Secretarias e órgãos da administração pública Municipal;**
 - IV – Matéria Orçamentária e a que autorizam a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;

Conforme se verifica, o art. 43 da LOM reservou um conjunto de matérias cuja iniciativa é exclusiva do Poder Executivo municipal, o que significa dizer que o legislador não está autorizado a se imiscuir nesses assuntos propondo projetos de leis que tratam da gestão administrativa do município, sob pena de violar o princípio da separação dos poderes insculpido no art. 2º da Constituição da República e no da Lei Orgânica Municipal.

Dentre as matérias reservadas à iniciativa do Poder Executivo, está a de **criar**, estruturar e estabelecer as **atribuições** das Secretarias e órgãos da administração pública Municipal, conforme disciplinado pelo o art. 43 da Lei Orgânica Municipal.

Em desacordo com os comandos constitucionais, projeto de lei de iniciativa parlamentar, pretende estabelecer novas atribuições e deveres que demandam a adoção de medidas administrativas por parte do Executivo municipal, resultando em uma indevida interferência nas atividades de um Poder sobre o outro.

Ao assim agir, o legislativo exerce uma função que é típica de gestão administrativa, inquinando a propositura legislativa de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa.

Esse é o mesmo entendimento exarado pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJRO em diversas ocasiões ao julgar inconstitucional, norma de iniciativa do Poder Legislativo, que interfiram na organização e funcionamento da Administração Pública impondo obrigações aos órgãos do Executivo. Acompanhe alguns julgados:

“Ação direta de inconstitucionalidade. **Criação de programa de controle de animais abandonados**. Lei municipal. **Matéria afeta ao chefe do Poder Executivo**. Vício de iniciativa. Separação de poderes. Ofensa. Inconstitucionalidade formal declarada.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA JURÍDICA

1. Lei de iniciativa parlamentar que cria programa de controle de animais abandonados, impondo deveres concretos ao Executivo, afetando a organização e funcionamento da Administração Pública, **constitui usurpação de competência** e vulnera a separação dos poderes **portanto padece de vício formal de inconstitucionalidade**.

2. Ação Direta de Inconstitucionalidade procedente.

(TJRO - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0800438-67.2024.8.22.0000, Tribunal Pleno Judiciário / Gabinete Des. Hiram Souza Marques, Relator(a) do Acórdão: HIRAM SOUZA MARQUES Data de julgamento: 12/12/2024)”

No mesmo sentido:

“Ação declaratória de inconstitucionalidade. Lei Ordinária municipal n.º 2.748/2020. Criação de atendimento nutricional com orientação de profissional em cada unidade de saúde do município de Porto Velho. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Sanção do Executivo que não supre o defeito inaugural. Procedência.

A norma que dispõe sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Municipais e Órgãos do Poder Executivo, é de competência privativa do Prefeito Municipal, com fulcro nos artigos 65, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, e 39, § 1º, II, “d”, da Constituição do Estado de Rondônia.

No caso versado, está configurada a inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, visto que a Lei Ordinária municipal n.º 2.748/2020 criou a atribuição de atendimento nutricional às crianças, adolescentes, adultos, gestantes, lactantes, idosos e portadores de doenças crônicas não transmissíveis, a ser realizado por profissional habilitado (nutricionista), em cada unidade de saúde no âmbito municipal, interferindo diretamente nas competências específicas do Chefe do Poder Executivo municipal.

Consoante jurisprudência da Corte Suprema, a sanção do projeto de lei aprovado não convalida o defeito de iniciativa. Dessa forma, se o projeto de lei deveria ter sido apresentado pelo Chefe do Executivo e, no entanto, foi deflagrado por um edil, ainda que este projeto seja aprovado e mesmo que o Prefeito o sancione, ele continuará sendo formalmente inconstitucional.

(TJRO - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0808309-90.2020.8.22.0000, Tribunal Pleno Judiciário / Gabinete Des. Roosevelt Queiroz, Relator(a) do Acórdão: ROOSEVELT QUEIROZ COSTA Data de julgamento: 17/05/2022)”



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA JURÍDICA

Portanto, o Tribunal de Justiça de Rondônia tem dado reiteradas decisões no sentido de que leis de iniciativa parlamentar que pretendem alterar, criar ou estabelecer competências e obrigações a órgãos do Poder Executivo possuem vício de iniciativa, devendo ser afastadas do ordenamento jurídico.

Isso ocorre, pois, atividades de planejamento, organização, direção e execução são atividades típicas do Executivo, enquanto a função legislativa é de edição de normas revestidas de generalidade e abstração, não podendo estabelecer deveres concretos e específicos ao Poder Executivo.

Em matérias submetidas à reserva de administração, as medidas adotadas pela Câmara Municipal e por seus parlamentares devem se limitar a sugestões ou indicações ao Chefe do Poder Executivo, não podendo ser incorporadas, inopinadamente, ao ordenamento jurídico municipal, sem a devida iniciativa do Executivo, precedida de planejamento, discussão e deliberação pelos seus órgãos competentes.

Desta maneira, entende-se pela inconstitucionalidade dos arts. 3º, 8º, 9º do Projeto de Lei, que tem o condão de criar obrigação e responsabilidade para órgãos do Poder Executivo Municipal, por se tratar de matéria relacionada à organização e ao funcionamento da Administração do Poder Executivo.

III. DA CONCLUSÃO.

Desta forma, opino **DESAVORAVELMENTE** a tramitação desta matéria de iniciativa parlamentar, pois, seus **arts. 3º, 8º e 9º** tem o condão de criar obrigações a órgãos do Poder Executivo, uma vez que apesar dos referidos artigos se utilizarem da expressão “poderá” tal redação não afasta a indevida ingerência do Legislativo sobre o Executivo.

Isso ocorre porque, ainda que redigida em termos aparentemente facultativos (como a expressão poderá) a norma cria uma real expectativa jurídica de atuação do Poder Público em determinado sentido e impõe condicionamento à atividade administrativa do Poder Executivo.

Contudo, o vício pode ser sanado com a supressão dos arts. 3º, 8º e 9º do Projeto de Lei, hipótese em que deixa de haver óbice à tramitação da matéria.

Quanto à técnica legislativa, recomenda-se a **retificação do texto do preâmbulo da norma**, para que passe a constar a menção à autoridade competente para sancio-



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA JURÍDICA

nar **leis ordinárias municipais**, qual seja, o **Prefeito**, conforme exposto no tópico “**II – Da Técnica Legislativa**” deste parecer.

Rolim de Moura, RO, 18 de março de 2026.

JORGE
GALINDO
LEITE:
03943123928

Assinado digitalmente por JORGE
GALINDO LEITE:03943123928
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL
MULTIPLA G1, OU=29056741000176,
OU=presencial, OU=Certificado PF A3,
CN=JORGE GALINDO LEITE:03943123928
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026-03-20 10:17:23
Foxit Reader Versão: 9.3.0

JORGE GALINDO LEITE
Procurador Jurídico OAB/RO nº 7137